



Tempus fugit? O tempo não foge. O tempo não existe.

Sandro Adrián Baraldi

Riram quando afirmei que o tempo não existe. O riso é um indicativo de que aconteceu um choque emocional causado pela alteração de diretrizes éticas. O riso é coisa séria. É uma estrutura social que rege o comportamento. Sua função é a de corrigir comportamentos para preservação da moral convencional (Cf. MINOIS, 2003, p. 51). Já dizia o estoico Epiteto: “Se desejas ser filósofo, prepara-te desde já para ser ridicularizado e zombado pela multidão” (MINOIS, 2003, p. 69). Estava, pois, preparado para a chacota. Mas a ocasião para escrever sobre este suposto “enigma do tempo” surgiu com o advento da pandemia de COVID-19.

A pandemia da covid-19 não é uma revolução social, mas afeta de tal maneira as rotinas do presente que produz uma turbulência semelhante às experiências temporais revolucionárias. O confinamento, a distância sanitária, a obsessão mediática, a profunda alteração do cotidiano – tudo isto faz com que a experiência do presente, de tão diferente ou estranha, seja vivida como transitória entre um passado que não se vive como irreversível mas como uma suspensão do presente, vivida graças a uma certa inércia emocional, e um futuro concebido como tudo o que pode pôr fim à suspensão (SANTOS, 2021).

O riso e a mudança das condições sociais foram, pois, motivadoras para produzir este ensaio sobre a real existência do tempo e de como isso nos afeta. Nele defendo a ideia da inexistência *ontológica* do tempo, que pretendo mostrar analisando o conceito de tempo nas dimensões estética, epistemológica e axiológica, e proponho, à guisa de reflexão, que “ele” é apenas um suporte intelectual de controle coercitivo social, não possuindo existência nem física, nem metafísica.

Vejamos brevemente de onde vem o “tempo”.

Na antiguidade o tempo foi controlado por divindades, como as *parcas*, que regulam a vida e a morte das pessoas, sugerindo a ideia de que o tempo é algum tipo de *substância* que foge, escoando de nossas vidas, como bem representado por esta poesia clássica:

*Eheu fugaces, Postume, Postume,
Labuntur anni...*

[Ai, quão fugazes, Póstumo, Póstumo,
escoam os anos...] (HORÁCIO apud ELIAS, 1998, p. 21).

Esta ideia permaneceu até o século XVI, momento em que esse fenômeno místico tornou-se um cálculo matemático que relacionava dois eventos. Para a física moderna o tempo é um instrumento que mede a duração de acontecimentos. No século XX, a física contemporânea acrescentou outra característica ao cálculo do tempo, o de ser uma quarta dimensão com capacidade de “dobrar-se” sobre si mesmo, como foi revelado pela Teoria de Einstein, de forma que adquire materialidade objetiva.

Ainda hoje, o estatuto ontológico do tempo permanece obscuro, de modo geral. Meditamos sobre ele, sem saber muito bem com que tipo de objeto estamos lidando. O tempo é um objeto natural, um aspecto dos processos naturais, um objeto cultural? Ou será em virtude de o designarmos por um substantivo que nos iludimos com seu caráter de objeto? O que é, afinal, que

realmente indicam os relógios, ao dizermos que dão a hora? (ELIAS, 1998, p. 14).

Então, o tempo foi – é ainda? – substância mística manipulada por deuses; mera relação matemática entre eventos; ou uma dimensão física real? As três formas estão presentes ainda hoje, mas sem se combinarem harmoniosamente entre si, criando muita confusão.

Creio que as confusões, de maneira geral, acontecem porque as proposições são classificadas inadequadamente. Geralmente mesclam elementos das sensações – a dimensão estética, *aísthesis* –, elementos do conhecimento – a dimensão epistemológica, *epistémé* – e elementos relacionados a valores – a dimensão axiológica, *axía*. A dimensão estética é a relação entre o sujeito e as suas sensações; a dimensão epistemológica é a relação entre sujeito e objeto; e a dimensão axiológica, entre o sujeito e seus valores. É necessário classificar esses diversos aspectos de um objeto de estudo *antes* de atribuir-lhe valores, o que raramente acontece, tão acostumados que estamos em julgar *a priori* usando como base epistemológica crenças não verificáveis ou não verificadas. No caso do tempo, ele é quantificado rapidamente como valor de troca pois representa dinheiro – “tempo é dinheiro” – tornando inválida qualquer análise mais cuidadosa. Deste modo age-se “sem pensar”, porque o que importa é o tempo necessário para uma ação que possui valor.

Por isso, achei que deveríamos refletir sobre o tempo pelo caminho mais longo, ou seja, rever o seu conceito analisando-o sob a ótica dessas dimensões citadas. Não são as únicas, todas as ciências impõem um tipo de dimensão: psicológica, médica, farmacêutica, jurídica, etc., mas, para início de reflexão, vamos nos ater às mais comuns, cujo acesso é universal.

Analisando o tempo pela lógica da dimensão estética, sentir o mundo equivale, hoje, a sentir os efeitos da pandemia. A convivência com um vírus mortal que pode estar em qualquer lugar, faz com que nos sintamos em um meio ambiente “alienígena”, e isso dá novos atributos ao conceito de “tempo”, atributos que não pertenciam a anterior realidade ordinária pré-pandemia. Há uma impressão de *materialidade*, por assim dizer, que associa o invisível ao corpo: um ataque de uma criatura “invisível”,

o vírus, ao corpo material. O tempo, seguindo a mesma lógica, aparece agora como um “objeto” manipulável para a organização de ações sanitárias, que são sincronizadas por aparelhos medidores de tempo, com o objetivo de criar uma estrutura regulatória de recursos utilizada para controlar as contaminações virais.

Mas o que é que o relógio indica, afinal? O que existe entre os dois ponteiros do relógio que cronometram o tempo? Os ponteiros só indicam um começo e um fim arbitrados sobre um conjunto de processos também arbitrados. Mas não há uma substância “tempo” entre esses dois ponteiros como há quando medimos com um metro um objeto físico. Podemos recortar um pedaço de madeira com um metro de comprimento, esta madeira representa o “espaço” desejado. No entanto, não podemos recortar um pedaço de tempo e nem mesmo separar o conjunto de processos delimitados pelo tempo para transportá-los para outro local, como faríamos com a madeira.

Também não temos sensação alguma entre a posição inicial de um ponteiro de relógio e a sua posição final. No “meio” da contagem de tempo, não há novos fenômenos que indiquem tempo passando. Se perdermos a referência temporal, sem sol se pondo, o próprio relógio, a maré ou as colheitas, nos encontramos em um vazio porque *não há sensação* de tempo passando. Sentimos fome, sede, necessidades, e suas conseqüentes satisfações, mas não sentimos o tempo. Sentimos o distúrbio provocado pela fome e sentimos o desaparecer do incômodo quando satisfeita e só.

Quando temos sensações estamos lidando necessariamente com percepções, portanto há consciência. A consciência é aquele ínfimo instante de atenção cuja função é regular nossas ações para resolver necessidades. A percepção da nossa consciência pirilampa acontece quando esta qualifica eventos retidos na memória. Os dados apreendidos pela experiência dos acontecimentos derivados das ações são dados históricos “localizados” na memória ou, também, conhecimentos. Logo, falar de tempo necessariamente implica falar de consciência e de memória.

Como um elemento *consciente*, a sensação marca uma interrupção em um curso de ação previamente iniciado [...] *Percebemos* ou sentimos o frio no

momento da transição do quente ao frio mais do que de modo absoluto; a dureza é sentida sobre um fundo de menor resistência [...] Sensações desta espécie são mais emocionais e práticas do que cognitivas e intelectuais. São choques de mudanças, devidos à interrupção de um ajustamento anterior. São sinais para a recondução da ação (DEWEY, 2004, p. 87-88, grifos do autor).

A consciência é um instrumento *prático* para a realização de ações necessárias; ela funciona como pivô da reorientação das atividades em um específico momento de incômodo – choques de mudanças. A consciência é um instante, ela surge apenas enquanto dura a reorganização do incômodo. Passado o incômodo, a experiência obtida por esse “caminhar entre sensações” é a nossa história. Se pensarmos no caminho que é seguido pelos incômodos causados pelas sensações de necessidade, vamos perceber que são apenas distúrbios provocados na consciência.

[N]ão há separação absoluta entre a pele e o interior do corpo. Mal foi feita a distinção e já temos que qualificá-la. De fato, não há uma *coisa exclusivamente* como um evento nervoso inicial periférico. Condições internas, assim como a fome, a circulação sanguínea, as funções endócrinas, a persistência de atividades anteriores, conexões neurais preexistentes, abertas ou fechadas, juntas com uma infinidade de outros fatores intraorgânicos, entram na determinação da ocorrência periférica. E, depois que a excitação periférica aconteceu, o que vem a seguir não está autodeterminado, mas é afetado por, literalmente, tudo o que acontece no organismo. É pura ficção que a “sensação”, ou as excitações periféricas, ou os estímulos viajem solitárias, sem serem incomodadas, na sua própria carruagem, para entrarem candidamente no cérebro ou na consciência. Uma particular excitação é, na realidade, uma avalanche de excitações simultâneas, periféricas e procedentes de receptores internos; cada uma tem que competir com as outras para conseguir se impor; o que acontece é uma

integração de forças complexas (DEWEY, 1958, p. 333-334, grifos do autor).

O produto dessa história pessoal, dessa memória particular, com o produto de outras histórias pessoais é o conhecimento, individual e social, se compartilhado. O conhecimento, então, sendo o conjunto das experiências compartilhadas, se resume na familiaridade que temos com determinados eventos específicos durante uma duração prolongada. Em outras palavras, o conhecimento procura garantir a repetição de acontecimentos e sensações em situações semelhantes e o sucesso na sua satisfação.

O tempo, portanto, não pertence à dimensão estética porque nem é físico nem é sensível. Nesta dimensão, ele não existe.

Todavia, se entendermos o tempo como uma comparação de situações, então ele deve se encaixar na dimensão epistemológica. Comparar significa valorar duas ideias que são confrontadas, o que necessariamente ocorre como um elemento racional. Deriva do latim *ratio*, sopesar coisas, medi-las, calcular sua proporção. Para “comparar” precisamos da consciência do que estamos fazendo para reorientar as significações trabalhando com elementos que já pertencem à história do conhecimento – memorizados, portanto. No caso do tempo há uma comparação entre a rememoração de uma história anterior durante uma história presente. O tempo precisa, pois, ser mediado por um nexos psicológico entre o existido passado e o existindo presente. A memória é utilizada como “depósito” de conhecimentos e a consciência constrói significados a partir deles.

Perceber o “presente” significa discernir conscientemente os elementos que compõem a memória. Tudo o que é percebido é mediado por significações: signos de ausentes que fazem sentido, ou seja, que têm um valor. Operamos signos, não objetos. O lembrado é um elemento consciente e toda vez que há consciência, há uma reorientação, seja ela das ações, das ideias, das lembranças, da memória enfim. Um exemplo contundente desta função da consciência é a reorganização dos sonhos no período da vigília: quando estamos acordados – conscientes – não temos todas as

peças do sonho, então recriamos o sonho contando, para nós mesmos, o sonho acontecido para que, desta forma, assuma algum significado.

Porém, cada vez que a memória é revisitada, torna-se outra, matizada de forma diferente pelas experiências vividas. Assim, perdemos parte do sonho porque foi esquecido e preenchemos os “furos” da narrativa do sonho com elementos imaginados, para dar-lhe um sentido coerente, que nos satisfaça. Esta incapacidade de reter as memórias com fidelidade provoca uma impressão de provisoriedade – a ideia de “tempo passando” –, o que garante tanto a nossa plasticidade psíquica de adaptação quanto à criatividade para enfrentar as mudanças das condições existenciais. A plasticidade psíquica serve para modificar os pensamentos permitindo a reengenharia de ideias com o fito de adequar-se ao instável “futuro”, exigente de adaptação intencional constante. O efeito da plasticidade psíquica se assemelha a um “rastros” imagético mediador entre um e outro acontecimento psíquico, como uma fusão sutil entre duas imagens que gera o efeito de continuidade da memória e do tempo.

A continuidade dos processos químico-físicos é um fato. Mas a continuidade das estruturas sociais, culturais, não. O tempo compara dois significados atribuídos por nós, mas não pode comparar os processos que deram origem ao universo. Para a humanidade, o nascer e o pôr do sol são considerados fato consumado. Mas houve processos anteriores a esses supostos fatos que deram origem ao nosso entendimento da “eternidade” do comportamento solar.

Há eventos mais duradouros, como a sustentação das paredes das casas, a respiração das criaturas do planeta, a rotação da Terra, o que dá a falsa impressão de tempo passando. Porém, duradouro não é eterno, os acontecimentos estão persistentemente mudando, sem começo e fim verificados. Simultaneamente, enquanto as coisas estão sendo desfeitas, outras estão sendo feitas pelo mesmo movimento sincrônico que sustenta, destrói e constrói. Assim que uma semente brota, “inicia” – a partir daquele momento arbitrado socialmente – um processo de modificação interno e externo para que se torne uma planta. Ela absorve materiais do meio ambiente e, assim fazendo, desencadeia alterações nesse mesmo meio que a nutre, modificando o meio circunstancial em que se encontra, tudo ao mesmo “tempo”. Mesmo “antes” de brotar, a semente é detentora de propriedades que lhe permitem a possibilidade de ser

uma planta. Essas propriedades intrínsecas vêm de gerações anteriores, que derivaram de incontáveis modificações de processos e resultaram nesta específica semente. É impossível dizer quando começaram esses processos imanentes na semente, qual causa foi a absolutamente primeira. A semente sincronicamente enquanto existe vai deixando de existir, e vai virando outra coisa.

A convergência de processos reunidos em complexos nexos sincrônicos é o que chamamos de “presente”: a união de multiprocessos que se dividem e se juntam em uma infinidade de outros, que “cooperam” entre si formando, todos juntos, o universo. Só percebemos, pela função consciente, o exato instante em que o mundo está acontecendo; só percebemos o último evento do universo. O passado não existe, não temos nenhuma possibilidade de ação sobre ele, e o mesmo acontece com o futuro.

Se o meio ambiente não “contribuisse” com a formação e a manutenção do nosso corpo, não existiríamos. A comida, a respiração, a formação cultural, o apoio social, são necessários, *todos juntos*, para que os seres aconteçam, ou seja, no último momento do universo que se renova constantemente porque não pára de modificar-se. Por isso, passado, presente e futuro não têm significado *cosmológico* algum. O universo, tanto na sua estruturação quanto na sua evolução, prescinde dele. A formação de uma estrela acontece quando os processos necessários para tal estão todos prontos; não depende de tempo, depende de “estar acabado”. Assim acontece com a temperatura de ebulição da água que muda dependendo da sua situação geográfica, climática, de pureza, etc. Não é possível saber o tempo que a água demora para ferver porque está sempre mudando, dependendo de uma série de condições.

Passado, presente e futuro são arbitrariedades dos desejos humanos; não são dados naturais impostos pela natureza. São objetos psicológicos forjados na arbitrada intersecção dos processos naturais com os processos culturais.

Portanto, o tempo não existe na dimensão epistemológica porque não é um conhecimento, é um utilitário criado para necessidades sociais.

Analisando o tempo na dimensão axiológica veremos, como segue, seu uso social.

Neste último século e meio o trabalho assalariado adquiriu o *status* de bem de produção, portanto um valor. Servidão e escravidão foram substituídos por ele; o fordismo, seu *modus operandi*. A ideologia que o caracterizou instituiu a “linha de montagem”, uma ideia que promove uma produção mais rápida e lucrativa com um custo mínimo. Esse *modus* possibilitou a produção de um carro a cada 98 minutos e estimulou a expansão do comércio de veículos automotores. A lógica de produção fordista disseminou-se pelo mundo e foi adaptada à agricultura, à moda, ao extrativismo e até à guerra. Nesse modelo, o tempo é fundamental porque quanto mais rápida a produção mais rápida a venda e o lucro gerado com isso. Controlar o tempo do assalariado tornou-se uma atividade indispensável.

No final do século XIX, o filósofo da economia Marx já havia percebido o vínculo entre tempo e trabalho assalariado. Na argumentação sobre a *mais valia* questiona a proporção entre trabalho realizado e salário pago durante um determinado tempo, alegando que o assalariado produz muito mais do que recebe em troca pelo seu serviço. Para Marx, o *tempo* de serviço humano é muito maior do que o *tempo* pelo qual foi pago. Lucro e tempo passaram a ser indissociáveis. Não se espera mais uma fruta amadurecer, um animal engordar, uma pessoa se formar; manipula-se geneticamente, com hormônios, os seres, ou, simplesmente, reduzem-se as expectativas de formação dos profissionais para ter uma comunidade acelerada de forma que o lucro seja maximizado.

Com a pandemia provocada pela COVID-19 houve um necessário isolamento social para conter sua gravidade. O efeito rebote desse isolamento foram a redução do trabalho assalariado – tomando números absolutos –, conseqüentemente do consumo, e do lucro. A economia mundial teve que “frear”, por assim dizer. Não houve “tempo” suficiente para um rearranjo da economia e, por isso, muitos empreendimentos fecharam as portas. O “tempo” tornou-se logicamente um tema para debate pois praticamente toda a economia mundial depende das relações econômicas com o tempo.

Mas imaginemos a seguinte situação: bastaria “comprimir” o tempo para que, desse suco, saísse dinheiro? Como substância já vimos que não existe, portanto, não há o que comprimir; não há substância material alguma para apertar. Dá para “comprimir” as relações de produção, baixando salários e criando desemprego para que os

assalariados precisem trabalhar mais para aumentar a produção. Enfim, de qualquer forma não é o “tempo” em si que será manipulado, mas relações humanas. “Tempo não é dinheiro” simplesmente porque o dinheiro tem um substrato físico e/ou virtual, mas tempo não tem nenhum dos dois. Não é o tempo que tem valor: quem tem valor é o dinheiro; o tempo, quando muito, é só um fator de uma relação. Nesta dimensão axiológica o tempo é apenas parte de uma fórmula relacional, sem existência virtual nem ontológica, portanto, pode-se concluir que não existe na dimensão axiológica tampouco.

A reflexão deste ensaio esteve focada na existência e nada foi dito sobre esse conceito. O tempo poderia ser um “existente-irreal”? Será que este trabalho não está confundindo existência e irrealidade?

A existência é condicionada pela história das trans-ações cotidianas cujas consequências direcionarão um provável futuro de forma que “o estado psicológico que chamo ‘meu presente’ seja ao mesmo tempo uma percepção do passado imediato e uma determinação do futuro imediato” (BERGSON, 1999, p. 161). Deste modo, toda existência tem um significado, mas nem todo significado tem existência. Manipulamos objetos abstratos, objetos ausentes como se estivessem presentes, fonte do conhecimento. O conhecimento depende de significados que, no fundo, são abstrações de objetos existenciais. Ele mesmo é um significado. Mas não podemos confundir o que significa conhecimento do que significa objeto do conhecimento. Enquanto o primeiro *se refere* a uma atividade racional, o último *se refere* a uma síntese de alguma coisa que existe – ou existiu – sensorial ou racionalmente. “Conhecer” acontece quando um objeto é experienciado e, assim, passa a significar alguma coisa – a princípio todo elemento desconhecido é uma “coisa”, algo vago que chamou a atenção. O objeto experienciado torna-se objeto do conhecimento quando se atribuem qualidades modais, causais, de intensidade, de localização, etc., de maneira que adquire um significado. Todos os objetos do conhecimento são fenômenos mentais, psíquicos, derivados de *coisas* sensíveis criando valores, de forma a lidarmos com eles na realidade vivida. A realidade

é o próprio significado que resulta das relações sociais e de produção dentro de um contexto social e histórico determinado. É um processo dialético de constituição da significação na relação dos homens com os objetivos e as coisas, mas principalmente mediados pelas relações das ações dos homens entre si. Nesse sentido, cada grupo social, cada classe tem sua realidade, isto é, tem sua visão de mundo, sua ideologia, sua crença, seus valores, sua filosofia, sua ciência, etc. objetiva e individual (PAVIANI, 2010, p. 40).

A realidade é uma matriz geradora de acontecimentos; nexos intersticiais de eventos que colidem e que dão origem a outros eventos que acontecem como nexos “vorticais”, que rodopiam, se emaranham, colidem e colaboram entre si. A realidade não é o tempo “passando”, é o encontro de experiências acontecidas que estão vinculadas com o conhecimento, mas não com o tempo. O “tempo” é descartado, sacrificado em nome dos resultados do conhecimento. Conhecer demora o “tempo” que for, não tem importância alguma quanto tempo demora para alcançar o conhecimento. Um dado conhecido é um tesouro.

Um centauro “existe” porque “pedaços” referenciais de animais que existem, são superpostos e combinados, produzindo o centauro. No caso do tempo, este não possui algum “ingrediente” que possa ser combinado para produzi-lo. Passado, presente e futuro não são “ingredientes” do tempo. O passado é memória subjetiva que se altera toda vez que o sujeito a acessa; o futuro é mera probabilidade, portanto potência sem necessariamente ser atualizada e que jamais acontecerá *exatamente* do jeito que foi imaginado; e o presente, quando exatamente acontece? Quantos milissegundos dura o presente? Só o momento em que temos consciência dele. Dormindo “não passa” o tempo, dormir é uma isenção de consciência *sem tempo* de duração. Só sabemos que dormimos depois que acordamos, daí que não há presente algum enquanto dormimos. E mesmo quando estamos em vigília, aparentemente senhores da própria consciência, muita coisa acontece sem prestarmos atenção, ficando “desligados” às vezes do entorno e do tempo que “passa”. A existência real só acontece no diminuto *locus* de uma específica vivência em várias dimensões, entre elas a dimensão do sensível que se relaciona intelectualmente pela dimensão epistemológica e eticamente pela dimensão axiológica. “As circunstâncias são a

única possibilidade de o homem existir e são também os limites do próprio homem” (MARCONDES, 2010, p. 69).

Resumindo, o tempo está isento de uma *materialidade* verificável: não há existencial algum que possa ser combinado que resulte no tempo. Nas três dimensões analisadas o tempo surge apenas como um mediador intelectual entre processos; não tem ação alguma sobre as coisas, não é agente de nada, quando deteriora uma substância, não foi “ele” quem fez isso, mas bactérias ou reações químicas; uma planta não precisa de “tempo” para ser uma árvore, mas dos processos orgânicos que a constituem; o ser humano não morre porque passou muito “tempo”, morre porque os mesmos processos orgânicos que o engendraram se modificaram e perderam sua capacidade nativa original. Também não é sentido, tampouco pode ser pensado: só pensamos nos efeitos das coisas sobre nós. Como valor, o trabalho, visto como transformação da natureza, e o dinheiro, visto como representação de poder, produzem algo; não o tempo, em si, ele não tem valor algum.

Portanto, a pandemia só colocou o tempo em evidência porque socialmente *parece* um “ingrediente” de valor. A hecatombe axiológica derivada da COVID-19 demonstra novas necessidades que exigem a alteração de vários mediadores, entre eles o “tempo”. O real problema são hábitos arraigados que procedem de uma mentalidade tradicionaisca que teme, acima de tudo, que as coisas mudem. Ações pautadas por essa específica ideia de tempo, um “algo” misterioso que dissolve nossas vidas, um algoz de poder incontrolável que não se condiciona a nada, na realidade desvia a atenção para a principal questão que são as relações entre humanos que se assenta nessa “mania” insuperável de querer que tudo fique sempre do mesmo jeito. Preferimos negar a pandemia a modificar a economia; preferimos a morte à mudança. Essa é a infeliz realidade que vivemos, que seria muito mais fácil de lidar se não fossem idolatrados certos *utensílios* mentais como o tempo, o dinheiro, a superioridade, a identidade, etc.

Percebemos que há uma mudança no entendimento do conceito de “tempo”; ele está sendo ressignificado com o advento da pandemia. Talvez, se alterássemos o conceito de tempo de forma que passasse a significar “desenvolvimento de processos”, penso que outros conceitos atrelados a este também teriam seu significado modificado. A

vida comunitária, as relações econômicas e de poder, mudariam substancialmente e, assim, o “tempo” pararia de “fugir” de nós simplesmente porque não faria sentido.

Bibliografia utilizada:

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. 2^a ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

DEWEY, John. **Experience and Nature.** New York: Dover Publications, Inc. 1958.

DEWEY, John. **Reconstruction in philosophy.** New York: Dover Publications, Inc. 2004.

ELIAS, Norbert, **Sobre o tempo;** editado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andréa Daher. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MARCONDES, Ofélia Maria. **Leopoldo Zea e a contribuição de sua filosofia para a educação;** orientação Antônio Joaquim Severino. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2010.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação.** Caxias do Sul: EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul. 8^a edição. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Outras Palavras: **Boaventura: o Tempo, a pandemia e a desigualdade.** Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/tempo-pandemia-e-desigualdades-segundo-boaventura/>>, 22/03/2021, 19h15.

Sandro Adrián Baraldi

Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, é editor da Revista Cactácea e pesquisador do Grupo de Pesquisa Mandacaru: educação e filosofia < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963> >.

ORCID: < <https://orcid.org/0000-0001-5055-2071> >.

Plataforma Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/6246489151782898> >.